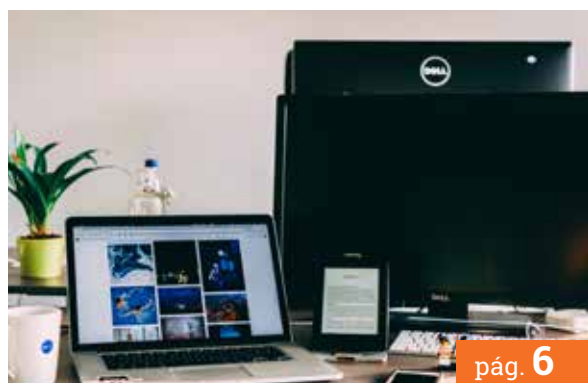


VACINAÇÃO ESTÁ ATRASADA

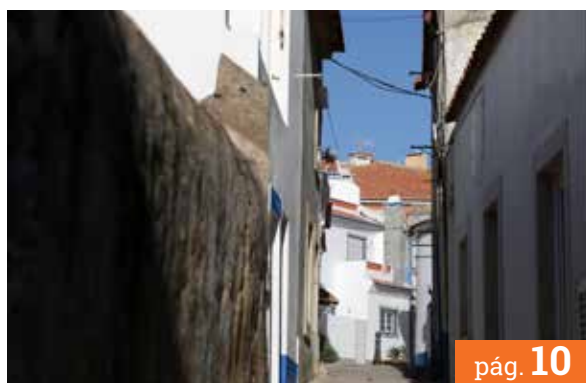
O Presidente do PSD avisa: “não se está a preparar” o país como deve ser na “vacinação em grande escala”, o que pode comprometer o próximo verão. “Se não o fizermos, deitamos fora o verão e damos ainda mais cabo da economia nacional, particularmente, do turismo”, alerta Rui Rio



PARLAMENTO

PSD INSISTE NA ENTREGA DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS E INTERNET GRÁTIS AOS PROFESSORES

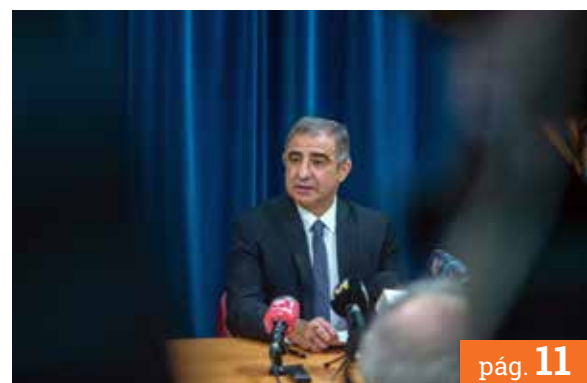
Oito meses depois do primeiro confinamento e Portugal não está a garantir os instrumentos de trabalho à comunidade escolar



LOCAIS

MAFRA INVESTE 8,1 MILHÕES DE EUROS EM HABITAÇÃO SOCIAL

Este investimento vai permitir a construção de 17 novos fogos e a aquisição e reabilitação de outros 50 dispersos por todo o concelho



REGIONAIS

PSD/AÇORES DESTACA “VISÃO ESTRATÉGICA” DE BOLIEIRO PARA O ARQUIPÉLAGO

O grupo parlamentar do PSD/Açores afirmou que a primeira grande entrevista de José Manuel Bolieiro revela a “visão estratégica” do líder do Executivo tem para o arquipélago



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

TELECONFUSÃO

A pandemia de covid-19 incentivou o recurso, de forma inédita, ao teletrabalho. Esta modalidade de trabalho, em princípio, tem a vantagem de diminuir o número e tempo das deslocações, flexibilizar o horário de trabalho, promover a mobilidade entre serviços e até permitir ganhos de produtividade.

E esta modalidade voltou a ser uma das medidas centrais do segundo confinamento geral. "É obrigatória a adoção do regime de teletrabalho, independentemente do vínculo laboral, da modalidade ou da natureza da relação jurídica, sempre que as funções em causa o permitam", assim determinou o Governo.

Porém, estamos perante um contrassenso. É o próprio Estado que impôs a lei, que está em reiterada violação do normativo. De acordo com informações do Ministério, do universo de 70.000 trabalhadores da administração pública, que poderiam estar a exercer funções na modalidade de teletrabalho, apenas 45.000 estão a prestar serviço a partir de casa, menos 34% em relação a março de 2020.

O Governo que nos pede para ficar em casa é, afinal, o mesmo que recusa que os funcionários trabalhem online, o que contradiz o constante apelo ao dever de recolhimento domiciliário.

Os sindicatos acusam mesmo o Governo de nada fazer para evitar os abusos das chefias e das direções de serviços, que estão a limitar ou a recusar esta modalidade de prestação de trabalho.

Era também expectável que, estando mais funcionários em trabalho presencial, os serviços públicos estivessem a operar com mais eficácia. Mas infelizmente não é isso que está a acontecer. Pelo contrário. O atendimento com pré-marcação nas repartições de finanças ou nos Registos e Notariado está cada vez pior. Não há filas, é certo, porque há agendamento prévio, mas está de volta a cadência de atendimento do passado.

Para conseguir uma marcação numa repartição é preciso esperar longas semanas, meses até. E com as sucessivas prorrogações do prazo de validade dos documentos, basicamente, os mesmos portugueses que têm o privilégio de constituir uma sociedade, na hora, recuaram aos anos 70 e estão obrigados a identificar-se com um talão ou a conduzir com cartas caducas.

O Governo, que pede sentido cívico para travar a terceira vaga, é o mesmo que decreta uma espécie de confinamento "light", com meias medidas, onde a exceção é a regra. No caso, podemos até falar de uma espécie de teletrabalho "low cost", já que o Governo que impõe aos empregadores os custos com o teletrabalho, nomeadamente o consumo de telefone e de Internet, é o mesmo que recusa pagar aos funcionários públicos qualquer compensação por encargos de idêntica natureza.

Só o tempo dirá se o Estado conseguiu aproveitar esta crise para aprender com ela, também no recurso ao teletrabalho. A ministra do Trabalho já anunciou, a este propósito, que o Governo, vai elaborar um livro verde sobre o trabalho no futuro. Mas para já, o que temos é um livro carregado de contradições. Nem uma crise desta dimensão serviu para introduzir um choque de mentalidades nas relações e na organização laboral. O Governo, que tanto se orgulha de ter um Ministério da Transição Digital, pode ter-nos deixado, também nesta matéria, em modo analógico.

VACINAÇÃO ESTÁ ATRASADA



Ainda antes de se conhecer o novo coordenador da "Task Force", Rui Rio defendia a nomeação de um militar para gerir o plano de vacinação contra a covid-19, em substituição de Francisco Ramos, que se demitiu no dia 3 de fevereiro. "Uma das possibilidades que temos era pedir o apoio das Forças Armadas ou mais concretamente do Exército, que têm formação nesta área" de logística, afirmou Rui Rio.

Em declarações à imprensa, dia 3, no Parlamento, o Presidente do PSD considera que "não se está a preparar" o país como deve ser na "vacinação em grande escala", o que pode comprometer o próximo verão. "Se não o fizermos, deitamos fora o verão e damos ainda mais cabo da economia nacional e particularmente do turismo", referiu.

Rui Rio alerta que o processo de vacinação está atrasado, em particular na população idosa, como também acontece na administração da segunda dose, que em certos casos está a faltar.

"Está preparado o país do ponto de vista logístico, das instalações, para dar 80 mil ou 60 mil doses, quando não consegue dar 10 mil doses?", interrogou.

Apesar de se tratar de uma questão de saúde, com a distribuição de vacinas contra a covid-19 – "um dos bens mais importantes e escassos em Portugal" –, Rui Rio diz que "grave é que as coisas continuem mal". "O que se tem de fazer agora são as vacinas e tem a ver com saúde. É uma operada pesada do ponto de vista logístico", frisou.

CONFINAMENTO ATÉ AO FIM DE MARÇO É CONSEQUÊNCIA DE UM GOVERNO “FROUXO”

Maló de Abreu considera que o Governo foi “frouxo” e não agiu a tempo e que, como consequência, o confinamento irá prologar-se até “meados, fim de março”.

Numa declaração aos jornalistas no final da reunião do Infarmed, o deputado do PSD revelou que essa foi a data revelado pelo Primeiro-Ministro no encontro, sublinhando o deputado os efeitos graves deste confinamento na economia portuguesa.

O deputado social-democrata saudou que se esteja a registar uma “desaceleração na curva” de contágios, mas lamentou que o Governo não tenha seguido as propostas apresentadas pelo PSD. “O PSD apresentou um conjunto de propostas a seu tempo, com sete eixos fundamentais, e verificamos hoje que um conjunto de epidemiologistas vem referir o conjunto de propostas que o PSD há muitos meses apresentou e em relação às quais o Governo foi cego surdo e mudo”, criticou, referindo-se em concreto à necessidade de realizar mais testes e de um isolamento mais rápido dos contactos suspeitos.

Para Maló de Abreu, só será possível diminuir as mortes e relançar a atividade económica se vacinarmos o mais rapidamente possível e se testarmos maciçamente os portugueses. Nesse sentido, o social-democrata desafiou o Governo a aproveitar o facto de estar na presidência do Conselho Europeu para “forçar o envio mais rápido possível de vacinas, não só para Portugal como para toda a Europa”.

Maló de Abreu saudou ainda o responsável pela “task force” da vacinação, vice-almirante Gouveia e Melo, a quem desejou, em nome do PSD, a melhor sorte.



Covid-19

“O Governo foi frouxo ao não ter tomado as medidas atempadamente”

António Maló de Abreu
9 fevereiro 2021



A FINLÂNDIA NÃO TEM MEDO DAS MULHERES

A Finlândia nomeou, no dia 10 de janeiro, a Primeira-ministra (mulher) mais jovem do mundo. Sanna Marin tem 34 anos e será a terceira mulher a liderar o Governo finlandês. Já exercia funções ministeriais, na pasta dos Transportes e das Comunicações e foi escolhida pelo Partido Social Democrata após a renúncia do Primeiro-ministro Antti Rinne.

Mas a composição do governo de Marin é igualmente interessante. É atípica, pela nossa lente. Lidera uma coligação de um Governo de centro-esquerda com outros quatro partidos, todos liderados por mulheres, três das quais com menos de 35 anos. Situação insondável na velha Lusitânia. As outras líderes que integram o consenso político são Katri Kulmuni (de 32 anos), do Partido de Centro, Li Andersson (32), da Aliança de Esquerda, Maria Ohisalo (34), da Liga Verde, e Anna-Maja Henriksson (55), do Partido dos Suecos na Finlândia. Um Governo composto por 19 ministros, 12 são mulheres. Que arrojo!

Mas a Finlândia tem uma tradição centenária em matéria de igualdade de género e de oportunidades. Foi o primeiro país da Europa a conceder o direito de voto às mulheres, em 1906, e o primeiro a permitir a candidatura de mulheres para cargos políticos em 1907, tendo feito eleger a primeira mulher primeira-ministra em 2003: Anneli Jäätteenmäk. A Finlândia não tem medo das mulheres!

A 14 de janeiro, Kaja Kallas torna-se na Primeira-ministra mulher da Estónia, sendo o único país que simultaneamente apresenta, nos dois mais altos cargos da nação, duas mulheres a liderar. Kersti Kaljulaid, é a Presidente do país báltico. Se juntarmos os três países bálticos e os cinco nórdicos, seis são liderados por mulheres no executivo.

Na Dinamarca, Mette Frederiksen, líder dos social-democratas, formou uma coligação de governo de quatro partidos de centro-esquerda, em junho de 2019, tornando-se, aos 41 anos, a primeira-ministra mais jovem da história do seu país.

A advogada liberal e militante anticorrupção Zuzana Caputova, com 45 anos à data da posse, em 15 de junho de 2019, torna-se a primeira mulher a conquistar a presidência eslovaca. Embora seja novata na política, em março de 2019 venceu com ampla vantagem.

Erna Solberg, Primeira-ministra norueguesa, ocupa o cargo desde outubro de 2013 e a Islândia é liderada por Katrín Jakobsdóttir, que fez uma coligação improvável com conservadores e centristas, sendo ecologista e feminista, para conseguir governar. Destacou-se por ter estabelecido legalmente, a igualdade salarial entre homens e mulheres. Foi o primeiro país do mundo a fazê-lo. A Islândia foi o primeiro país a eleger uma mulher Presidente, Vigdis Finnbogadóttir, em 1980 e que ocupou o cargo até 1996.

A Nova Zelândia é governada desde 2017, reeleita em outubro de 2020, por Jacinda Arden, de 40 anos, tendo ganho as eleições com maioria absoluta, foi elogiada por todo o mundo pela forma como lidou com a pandemia.

Nicola Sturgeon é a Primeira-ministra da Escócia e líder do Partido Nacionalista Escocês e quer liderar uma nação independente, por não concordar com o Brexit, lutando pela sua integração na EU.

Salomé Zurbishvili, de 66 anos, e nascida em Paris, cidade destino dos seus pais quando fugiram da Geórgia, em 1921, face à anexação do país pelas forças soviéticas, tomou posse em dezembro de 2018, como a primeira mulher presidente da Geórgia. Tem como objetivo o equilíbrio das relações com a Rússia, mas aspira a integrar a UE e a NATO.

Na Sérvia, Ana Brnabic, fez-se eleger em 2017 Primeira-ministra. Apesar da sua orientação sexual, num país conservador e homofóbico, Brnabic quebrou duplamente as barreiras do preconceito.

Há um ano, a Grécia elegeu uma mulher de 63 anos, Ekaterini Sakellariopoulou, como Presidente da República, pela primeira vez e entra no círculo de mulheres que ocupam um dos cargos mais altos de Estado, nos países da União Europeia.

A chanceler alemã Angela Merkel dirige (ainda), desde 2005, a maior potência económica europeia, reeleita em 2018 para um quarto mandato. É a primeira mulher neste cargo na Alemanha, e foi designada várias vezes “a mulher mais poderosa do mundo” pela revista Forbes. Na União Europeia teve um papel determinante nas principais crises, económicas ou políticas. Prestes a abandonar o cargo de chanceler, alguns questionam-se como será a Europa depois de Merkel, tal o carisma que imprimiu na sua liderança.

Ursula Gertrud von der Leyen, alemã e atual Presidente da Comissão Europeia, médica de profissão e com sete filhos, é outro exemplo de sucesso no feminino. A braços com a maior crise mundial provocada por uma pandemia, já deu provas da sua determinação e resiliência.

Cinquenta países do mundo já foram ou são governados por mulheres no executivo ou na presidência, de um total de 193 países. É ainda uma sub-representação. Mas a chegada das mulheres a cargos mais elevados de poder é um fator recente da história política, e que nos deve inspirar para os novos tempos de mudança. A alta política começa a conhecer novos protagonistas.

Sim, paulatinamente, a política está finalmente a render-se. Depois da academia, do mundo empresarial, da ciência, a política experimenta lideranças no feminino.

Apesar de todo o sexismo, de toda a discriminação, de todas as formas subtis e complexas de obstáculos e preconceito, as lideranças femininas estão a ganhar espaço e a quebrar uma longa e penosa tradição da impossibilidade de acesso aos mais altos cargos de Estado.

Reparem que a média de idades das políticas referidas é extremamente jovem. Não obstante, a maioria apresenta um percurso político ativo e consistente. Significa que as mulheres se interessam e cultivam aspirações no acesso à alta política.

Em Portugal apenas uma mulher, Maria de Lourdes Pintasilgo, foi Chefe de Governo, tendo liderado o V Governo Constitucional, nomeada por iniciativa presidencial pelo Ex-Presidente da República, Ramalho Eanes. Foi candidata à Presidência da República, em 1986, obtendo 7,38 % dos votos.

Nos 10 anos seguintes, as mulheres que participaram nos sucessivos governos, apenas desempenharam cargos de Secretárias ou Subsecretárias de Estado (30 nomeações em 12 governos). As mulheres só viriam a liderar Ministérios em 1985, pela mão de Cavaco Silva, tendo nomeado Leonor Beleza para a pasta da Saúde, onde permaneceu até 1991. Manuela Ferreira Leite viria a ser nomeada ministra da Educação em 1993.

Entre 2002 e 2004, Durão Barrosos foi o primeiro Primeiro-Ministro a nomear uma mulher para a pasta das Finanças, Manuela Ferreira Leite e Teresa Patrício Gouveia para a pasta dos Negócios Estrangeiros.

Passos Coelho entrega pela primeira vez pastas ministeriais a mulheres, que até aí eram território masculino, Anabela Rodrigues na Administração Interna, Berta Cabral é nomeada Secretária de Estado da Defesa. Também nas Finanças, Justiça e Agricultura fez a diferença, nomeando mulheres: Maria Luís Albuquerque, Paula Teixeira da Cruz e Assunção Cristas, respetivamente. Tam-



Sónia Ramos

Presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Évora

bém pela mão de Passos Coelho, é nomeada a primeira e única mulher que desempenhou o cargo de Presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves.

Em Portugal, as mulheres também já lideraram Partidos Políticos, o que não deixa de ser animador. Manuela Ferreira Leite, Catarina Martins e Assunção Cristas chegaram às respetivas lideranças.

Quinta-feira, 20 de agosto de 1970. “A Capital” faz notícia da primeira mulher nomeada como Subsecretária de Estado da Saúde e Assistência, por Marcello Caetano. A primeira mulher a ser nomeada para o Governo, desde a implantação da República. Teresa Lobo. Um longo caminho percorrido. Os nórdicos dão o exemplo. Tenhamos esperança!

PSD PROPÕE CRIAÇÃO DO CRIME “VACINAÇÃO INDEVIDA” COM PENA DE PRISÃO ATÉ TRÊS ANOS

O PSD apresentou um projeto de lei que prevê a autonomização do crime de “vacinação indevida”, e consagra uma moldura penal que vai de multa até três anos de prisão.

O grupo parlamentar do PSD pretende assim alterar o decreto-lei n.º 28/84, de 20 de junho, relativo às infrações antieconómicas e contra a saúde pública, integrado na subsecção dos crimes contra a saúde pública.

Esta iniciativa visa assegurar um quadro legal “suficientemente claro e inequívoco no sentido de que, independentemente da qualidade do agente, a vacinação indevida é sempre crime, sendo que a especial qualidade do agente fá-lo-á incorrer em penas mais graves como as previstas no crime de recebimento indevido de vantagem ou no crime de peculato”.

“Propõe-se que quem, por si ou por interposta pessoa, der ou aceitar, para si ou para terceiro, vacinação em violação dos critérios estabelecidos em plano de vacinação seja punido com pena de prisão até três anos ou pena de multa, se pena mais grave não lhe couber por força de outra disposição legal”, explicam os deputados do PSD.

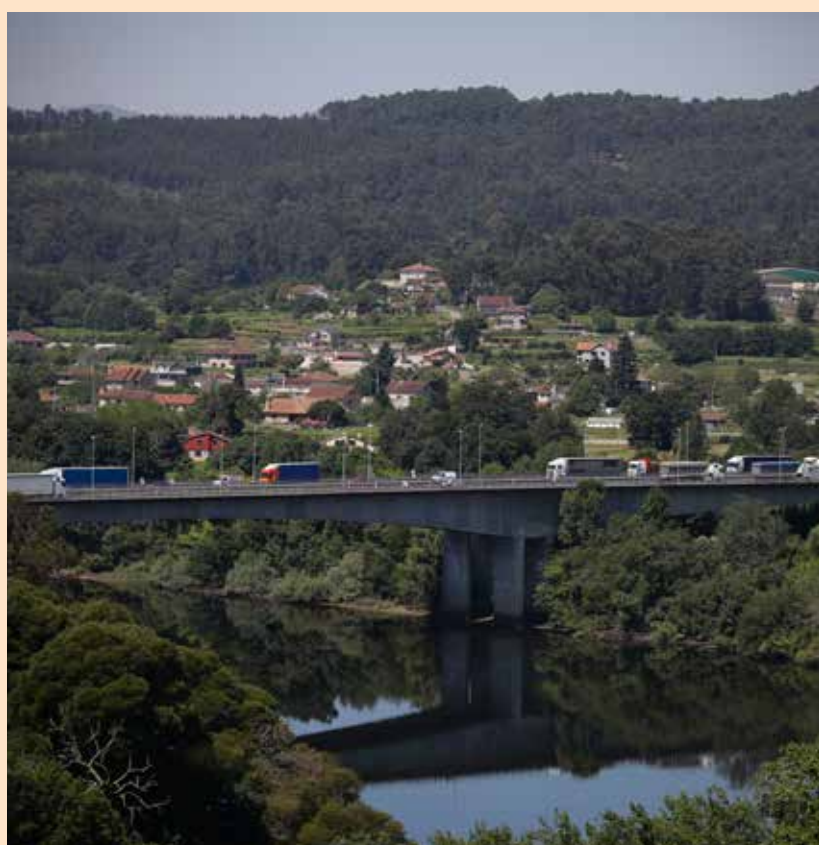
O PSD quer salvaguardar “que ninguém fica eximido de responsabilidade criminal e garantir “que, quem tenha uma especial qualidade (seja funcionário ou titular de cargo político ou alto cargo público), continue a ser punido por pena mais grave, designadamente, por qualquer uma a que corresponda crime já tipificado no Código Penal”.



De acordo com o projeto do PSD, o crime de vacinação indevida constituiria um crime público, e como tal, o processo desencadeia-se oficiosamente pelo Ministério

Público, após aquisição da notícia do crime – por conhecimento próprio, por intermédio dos órgãos de polícia criminal ou mediante denúncia.

FECHO DE FRONTEIRAS ESTÁ A CRIAR “GRAVES PREJUÍZOS” AO ALTO MINHO



Os deputados do PSD eleitos pelo distrito de Viana do Castelo querem saber se o Governo vai “rever a decisão de manter encerradas as fronteiras de Melgaço, Vila Nova de Cerveira e da Madalena em Ponte da Barca, por forma a evitar os graves prejuízos e transtornos aos trabalhadores transfronteiriços daquela região”.

Numa pergunta ao ministro da Administração Interna, Emília Cerqueira, Jorge Mendes e Eduardo Teixeira alegam que o Governo encerrou as fronteiras terrestres, excetuando oito pontos de ligação com Espanha, para todo o tipo de circulação, e mais algumas para deslocação de trabalhadores transfronteiriços. No que se refere ao distrito de Viana do Castelo, foi decidido manter a Fronteira de Valença/Tui aberta para todo o tipo de circulação e a fronteira de Monção/Salvaterra do Miño apenas para circulação de trabalhadores transfronteiriços, encerrando as fronteiras de Melgaço/Arbo, Vila Nova de Cerveira/Tomiño no Vale do Minho e a Madalena no Vale do Lima.

Todos os autarcas da região estão contra esta decisão, que dizem ser “altamente lesiva da economia e da vida daquela região que é a região transfronteiriça nacional com mais população”.

“Contra esta decisão de encerramento o AECT (Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial do Rio Minho) mantém que vai contestar pelas formas legais ao seu alcance o encerramento de três pontes entre o Alto Minho e Galiza, invocando o interesse superior dos trabalhadores transfronteiriços em sintonia com os responsáveis locais galegos, posição em que é secundado pelos autarcas do Vale do Minho, bem como pelos Presidentes da Câmara Municipal de Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, relativamente ao encerramento da Fronteira da Madalena”, referem os deputados.

Os parlamentares pretendem ainda saber se o Governo vai “criar mecanismos de compensação aos trabalhadores transfronteiriços e às economias locais por forma a compensá-las dos prejuízos decorrentes deste encerramento e pelo tempo que este durar”.

PSD INSISTE NA ENTREGA DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS E INTERNET GRÁTIS AOS PROFESSORES

O PSD recomenda ao Governo que entregue aos professores, “com carácter de urgência”, os equipamentos informáticos e de Internet móvel gratuita, tal como “prometido no Plano de Ação para a Transição Digital”.

Num projeto de resolução entregue na Assembleia da República, os deputados sustentam que “oito meses depois, o país deveria estar preparado para enfrentar o novo confinamento forçado da comunidade escolar, nomeadamente conferindo os instrumentos de trabalho adequados para que os docentes possam assegurar o ensino não presencial. Mas, ao que parece, não está”.

O grupo parlamentar do PSD recomenda ainda que seja divulgada “a calendarização da operacionalização das diferentes medidas de universalização da Escola Digital, nomeadamente quanto à formação técnico-pedagógica de docentes que garanta a aquisição das competências necessárias ao ensino neste novo contexto digital”, e que a Assembleia da República receba informação trimestral sobre a concretização destas medidas.

Os deputados sociais-democratas defendem igualmente que “não bastará falar nos prejuízos do ensino a distância para os alunos, há que lembrar a generosa entrega que muitos docentes durante o ano letivo 2019/20 que, com enorme sentido de missão, supriram às suas expensas, as lacunas da infraestrutura tecnológica do Ministério da Educação e das escolas onde trabalham, disponibilizando os recursos, materiais e tecnológicos, necessários ao funcionamento do ensino à distância enquanto não foi possível retomar o ensino presencial”.



O PSD recomenda ao Governo que:

1. Disponibilize com carácter de urgência aos docentes os equipamentos informáticos individuais e de conectividade móvel gratuita, conforme prometido no Plano de Ação para a Transição Digital;
2. Divulgue a calendarização da operacionalização das diferentes medidas de universalização da Escola Digital, nomeadamente quanto à formação técnico-pedagógica de docentes que garanta a aquisição das competências necessárias ao ensino neste novo contexto digital;
3. Garanta atempadamente a operacionalização da tarifa social de acesso a serviços de Internet para alunos e docentes;
4. Preste informação trimestral à Assembleia da República sobre o grau de concretização das medidas de universalização da Escola Digital.

EXCLUSÃO DOS PORTADORES DE TRISSOMIA 21 DA PRIMEIRA FASE DA VACINAÇÃO, PSD PEDE EXPLICAÇÕES



O grupo parlamentar do PSD questiona a ministra da Saúde sobre a exclusão dos portadores de Trissomia 21 dos grupos prioritários do Plano de Vacinação.

Numa pergunta dirigida a Marta Temido, os social-democratas referem que foram contactados pela “Associação Portuguesa de Portadores de Trissomia 21 (APPT21), no sentido de expor a exclusão deste grupo de doentes da primeira fase do Plano de vacinação e de obter uma justificação para tal decisão, na medida em que tem a evidên-

cia científica, as recomendações internacionais e a prática de muitos países da Europa a sustentar a categorização destes cerca de 2.000 utentes como prioritários”.

“Segundo a evidência demonstrada, os portadores de T21 têm uma prevalência muito aumentada de défices da imunidade, apresentam, quase universalmente, uma forma moderada a grave de hipotonia muscular (geradora de uma menor capacidade de drenagem das secreções bronco-pulmonares); têm uma muito maior incidência (e prevalência) de alterações anatómicas e funcionais significativas, mormente cardíacas, ORL, renais, pulmonares, hepáticas, neurológicas e de outros órgãos e sistemas, geradoras de comorbilidade relevante, fator de reconhecido risco para uma apresentação mais grave da infeção pelo SARS-COV-19. Quando infetadas pelo SARS-COV-2, apresentam uma elevadíssima taxa de letalidade (45%), sobretudo na idade adulta, nos indivíduos do sexo masculino, e entre os sujeitos hospitalizados com idades superiores a 40 anos. Uma taxa de letalidade idêntica aos cidadãos com mais de 80 anos, agora incluídos no Plano de vacinação”, fundamentam os deputados do PSD.

O grupo parlamentar do PSD “não teve a oportunidade de questionar a Comissão Técnica de Vacinação em tempo útil,

uma vez que a mesma não se mostrou disponível para vir à Comissão Eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do processo de recuperação económica e social”, concluem.

O PSD pergunta:

1. Que argumentos sustentam a decisão de excluir o grupo de aproximadamente 2.000 cidadãos portadores de Trissomia 21 do grupo prioritário (fase 1) de vacinação?
2. Tem o Governo conhecimento de que a Trissomia 21 está identificada entre as condições significativamente associadas à hospitalização e ao internamento em Cuidados Intensivos e morte por Covid-19, segundo o Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças (ECDC)?
3. Tem o Governo conhecimento de que os planos de vacinação de países como França, Alemanha ou Espanha definiram os portadores de Trissomia 21 como grupo prioritário?
4. Quando está previsto, de acordo com o atual plano em vigor, a vacinação destes cidadãos?

HÁ MENOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS EM TELETRABALHO



Numa pergunta dirigida à ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, os deputados do PSD interrogam o Governo sobre os motivos da recusa do acesso ao teletrabalho na administração pública. O PSD sublinha que cerca de 45.000 trabalhadores estão em teletrabalho, quando, em março do ano passado, 68.000 trabalhadores prestavam serviço a partir de casa, o que representa uma diminuição de 34% (menos 33 mil trabalhadores face ao confinamento de 2020).

O PSD lembra que por causa do agravamento da situação epidemiológica em Portugal, o teletrabalho é atualmente obrigatório, “desde que as funções desempenhadas sejam compatíveis” com o mesmo. “O PSD teve conhecimento que, desta vez, o recurso ao teletrabalho está a ser limitado e recusado a vários funcionários públicos, ao contrário do que aconteceu no primeiro confinamento geral, em março de 2020”, alegam.

Os deputados social-democratas sustentam que os profissionais “estarão a manifestar intenção de trabalhar a partir de casa, mas a lei remete para as chefias o poder de travar esse desiderato, pelo que se somam queixas e incompreensões junto dos sindicatos e da Inspeção-Geral de Finanças, entidade a quem compete fiscalizar o teletrabalho no Estado”.

Além disso, têm sido feitas denúncias dos sindicatos, mas até ao momento não foi desencadeada qualquer ação de fiscalização por parte da Inspeção-Geral de Finanças, “não estando os trabalhadores a receber resposta às suas reclamações, apesar das queixas apresentadas”.

De acordo com informações do Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública, cerca de 70 mil trabalhadores da administração pública poderiam estar a exercer funções na modalidade de teletrabalho.

O PSD pergunta:

1. Qual é a razão para atualmente estarem apenas 45 mil trabalhadores em teletrabalho na Administração Pública?
2. Qual é atualmente o número de trabalhadores da Administração Pública que se encontram fora do seu local de trabalho, nomeadamente, em apoio a familiares na forma de cuidadores, a idosos ou a outros e em assistência aos filhos menores de 12 anos?
3. Consegue fornecer-nos os dados solicitados na pergunta anterior, desagregados por sexo?
4. Quantas queixas recebeu a Inspeção-Geral das Finanças por incumprimento das normas do teletrabalho?
5. E quantas verificações/inspeções foram efetuadas pela Inspeção-Geral das Finanças e em que áreas sectoriais?
6. Existe algum formulário próprio, em formato eletrónico, para os trabalhadores poderem apresentar uma participação? Se existe onde se encontra alojado?

PSD RECOMENDA APOIOS ESPECÍFICOS PARA OS PRODUTORES DE FLORES

O PSD entregou um projeto de resolução que recomenda ao Governo a adoção de medidas específicas de apoio aos produtores de flores e de plantas ornamentais.

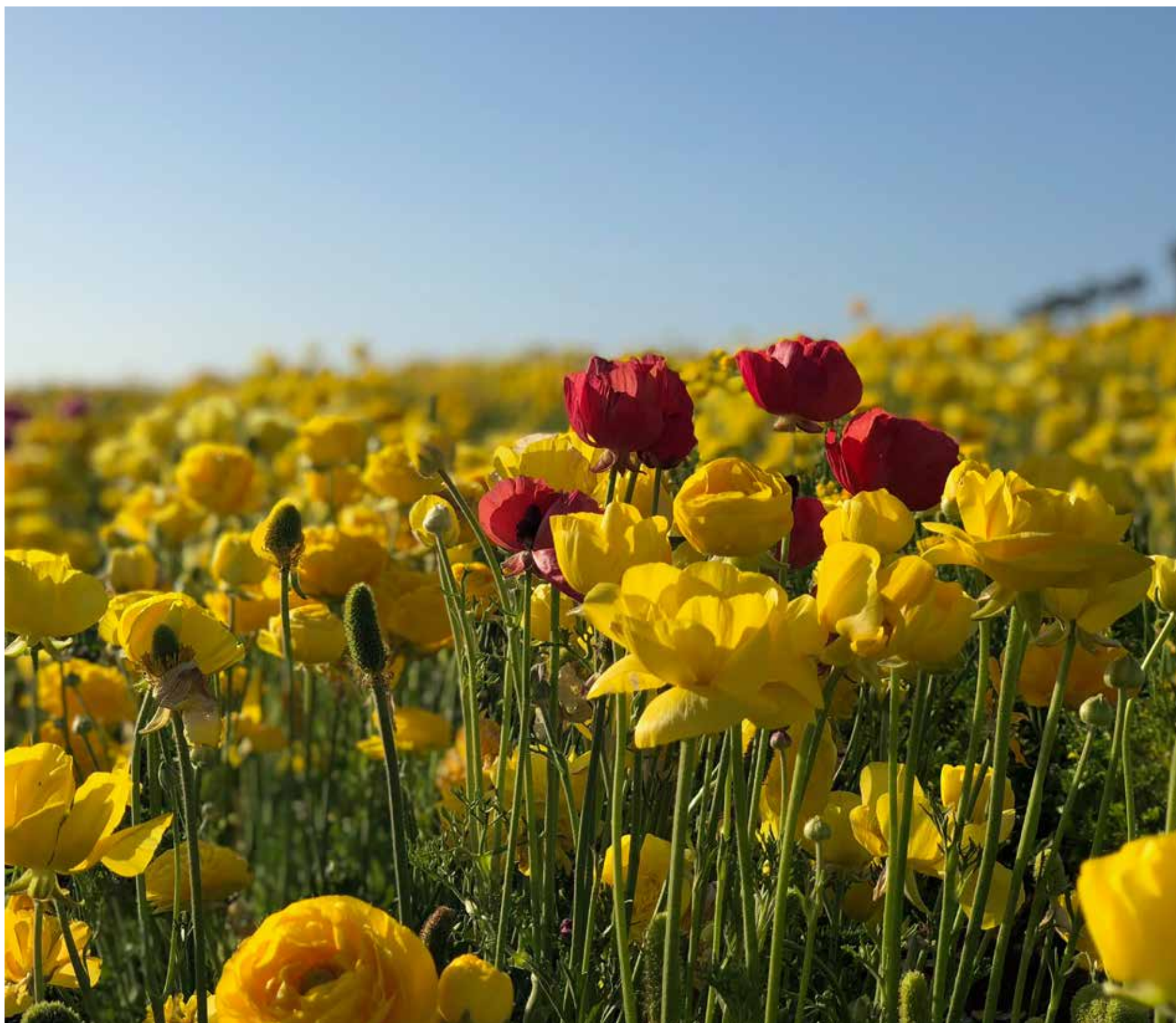
O grupo parlamentar do PSD explica que, desde março de 2020, “o fenómeno mundial de confinamento levou a quebras drásticas no consumo, originando um desequilíbrio entre a oferta e a procura de muitos produtos, entre os quais os perecíveis onde não é possível armazenar e consumir posteriormente”. Ora, o setor da floricultura é um dos mais afetados pela crise, considerando ainda que “as flores de corte têm um tempo de vida útil muito reduzido”.

“Perante a importância do setor na economia nacional, cerca de 7,6% da produção agrícola nacional, a forte orientação exportadora, e a utilização intensiva de mão de obra”, os social-democratas defendem que “a política deve dar respostas mais ativas e conjugadas que suavizem as fragilidades que a crise do covid provou nas empresas do setor da floricultura”.

Para o PSD, as políticas públicas, nomeadamente através das intervenções de mercado prevista na PAC, “devem ser reforçadas no sentido de responder a falhas de mercado como a provocada pela pandemia, procurando garantir às empresas do mundo rural mecanismos de apoio à sua viabilidade”. No entanto, “infelizmente, o que se verificou foi uma capacidade de intervir muito aquém do necessário face à perturbação ocorrida no mercado”.

O PSD recomenda ao Governo que:

1. *Defina no âmbito dos instrumentos da Política Agrícola Comum apoios direcionados aos produtores de flores e plantas ornamentais afetados pela pandemia da covid-19, ao nível da comercialização e da produção;*
2. *Abra candidaturas ao PDR (programa de desenvolvimento rural) específicas para o setor, alargando a possibilidade a projetos que não pertençam a uma Organização de Produtores;*
3. *Apoie a instalação de equipamentos de maior eficiência energética, através de candidaturas no próximo quadro comunitário de apoio (PDR pós 2022);*
4. *Reveja a legislação das Espécies Invasoras no que respeita às espécies cultivadas para fins ornamentais;*
5. *Garanta um período de homologação para produtos fitofármacos semelhantes ao verificados nos restantes Estados-membros;*
6. *Estabeleça uniformidade nos processos de licenciamento de estufas agrícolas;*
7. *Agilize respostas por parte da administração nos processos de garantia da qualidade do material vegetal.*



JSD DE BRAGA

O PLANO DE RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA E A NOVA VAGA DE FUNDOS EUROPEUS EM DEBATE



O PSD e a JSD de Braga promoveram, dia 26, através da plataforma Zoom, uma conferência sobre “O Plano de Recuperação da Economia Portuguesa e a Nova Vaga de Fundos Europeus”. Uma iniciativa que contou com a presença de Fernando Alexandre, vice-Presidente do Conselho Económico e Social e professor na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, Miguel Macedo, ex-ministro da Administração Interna, João Granja, líder do PSD de Braga e João Freitas Alcaide, presidente da JSD de Braga.

Fernando Alexandre traçou o retrato da economia portuguesa, incidindo sobre “a longa estagnação da economia”, com 20% dos cidadãos em situação de pobreza. “O crescimento económico continua a ser central para Portugal, não pro objetivo em si, mas por aquilo que pode trazer”, referiu.

Para o economista, quer o plano de recuperação quer o próximo quadro financeiro plurianual são “a última grande oportunidade” para Portugal se aproximar dos países da União Europeia. “Precisamos de um caminho, de uma visão do que queremos para o país: face ao baixo crescimento, aos ventos adversos da dívida, da demografia e da produtividade, o que temos de fazer para que o país cresça e entre numa trajetória de crescimento? A outra é a questão da governação”, sublinhou, garantindo que o futuro de Portugal passa pela capacidade de potenciar as exportações.

Fernando Alexandre deu como exemplo a Bosch, “um projeto profundamente transformador”, em parceria com a Universidade do Minho, que é uma referência no grupo alemão, e que passou de uma faturação de 450 milhões de euros, com menos de 2000 trabalhadores, para 1,4 mil milhões de euros e 4000 trabalhadores (e centenas são engenheiros, ou seja, trabalho qualificado).

A JSD irá continuar a promover debates e conversas digitais sobre assuntos nacionais e globais e integrando um painel de especialistas.

COVID-19

“Ao longo de todo este tempo existiu uma ausência de determinação do Governo na gestão da pandemia”

Rui Rio
10 fevereiro 2021

PSD
PRIMEIRO PORTUGAL

MAFRA INVESTE 8,1 MILHÕES DE EUROS EM HABITAÇÃO SOCIAL

A câmara municipal de Mafra vai investir 8,1 milhões de euros na construção e reabilitação de casas para habitação social, anunciou o seu presidente na cerimónia de adesão ao 1º Direito - Programa ao Acesso à Habitação.

Na cerimónia, que decorreu em direto através da página da autarquia na rede social Facebook, Hélder Sousa Silva explicou que os 8,1 milhões de euros vão ser investidos na construção de 17 novos fogos em Mafra e na aquisição e reabilitação de outros 50 dispersos por todo o concelho.

Esse investimento vai ser participado em cerca de 3 milhões de euros pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e em 815 mil euros pelo município, sendo o restante oriundo de um empréstimo bonificado. Numa primeira fase, o investimento vai abranger 67 famílias, num total de 142 cidadãos.

Segundo o documento, existem no concelho 104 fogos de habitação social centralizados e 14 edifícios, acrescidos de mais 10 moradias dispersas, abrangendo 114 famílias. Existem 67 pedidos de habitação por famílias carenciadas e 151 pedidos de apoio ao Programa de Arrendamento Acessível, criado pelo município em 2014, ano em que o apoio chegou a 35 famílias, num montante máximo de 14 mil euros.

Em 2019, os últimos dados disponibilizados, o programa 'Arrendar' abrangeu 81 famílias, com um total de apoio de 81 mil euros.

Tendo em conta o défice de habitação pública e o aumento das rendas e do valor de aquisição das casas no concelho, os desafios da estratégia passam por reabilitar a habitação municipal, aumentar a habitação pública, reforçar o programa de apoio ao arrendamento e reabilitar



espaços públicos, incentivando por essa via a reabilitação do edificado.

O diagnóstico efetuado no âmbito dessa estratégia concluiu que Mafra é o concelho da Área Metropolitana de Lisboa (AML) com a terceira maior taxa de crescimento migratório, é o segundo concelho da AML com maior dinâmica construtiva e onde estão localizados 12% dos

edifícios construídos na AML entre 2011 e 2018. Face à diminuição de oferta habitacional noutros concelhos da AML, aumentou em Mafra a procura de habitação e há uma tendência para tornar como permanente a segunda habitação existente no concelho. Mafra é ainda o quarto concelho da AML com maior número de alojamentos locais, grande parte dos quais se localiza no litoral do concelho.

PSD/MONDIM DE BASTO DEFENDE UM NOVO MODELO PARA O MERCADO MUNICIPAL



O PSD/Mondim de Basto tem vindo a defender, desde há vários anos, a necessidade de requalificação do mercado municipal. Apesar de o município ter anunciado que este equipamento público será alvo de obras de beneficiação, o PSD tomou conhecimento de que a autarquia consignou apenas uma verba de 71 mil euros. "Foi com espanto que verificamos que a execução da operação terá um valor de investimento total de 70.483,11 euros, com duração prevista de sete meses", afirma a Secção liderada por Bruno Ferreira.

Para o PSD/Mondim de Basto, "trata-se de uma mera operação de maquilhagem ao edifício, a inaugurar em vésperas de eleições autárquicas, e um sinal de desvalorização do potencial do edifício, com um custo de obra praticamente igual ao valor já gasto só com projetos".

O PSD de Mondim de Basto lembra que durante a governação socialista na autarquia foram adjudicados à mesma empresa dois projetos para as requalificações do edifício do Mercado Municipal e do espaço envolvente ao Mercado. O primeiro projeto, elaborado em 2010, para a requalificação do edifício do Mercado Municipal custou 30.442,50 euros (IVA incluído), sendo o valor estimado da obra de 1.540.000 euros. O segundo projeto, desenvolvido em 2016, para a requalificação do espaço envolvente ao mercado, custou 39.973,77 euros (IVA incluído), sendo o valor estimado da obra de 660.000 euros. Só nestes dois projetos foram gastos 70.416,27 euros, ou seja, "um valor praticamente igual ao agora atribuído para a modernização do mercado municipal de Mondim de Basto".

O valor total previsto para as requalificações do edifício do mercado municipal e do espaço envolvente ao mercado era de 2.200.00 euros, muito longe dos anunciados 71 mil euros agora previstos.

"Qualquer dificuldade para a realização das duas intervenções de uma só vez não justifica a intervenção anunciada pelo município, nem a mesma irá resolver as necessidades do edifício. Tal situação revela falta de planeamento e de rigor na gestão pública", alerta o PSD/Mondim de Basto.

PSD/AÇORES DESTACA “VISÃO ESTRATÉGICA” DE BOLIEIRO PARA O ARQUIPÉLAGO

O grupo parlamentar do PSD/Açores afirmou que a primeira grande entrevista de José Manuel Bolieiro, enquanto Presidente do Governo regional, revela a “visão estratégica” que o chefe do Executivo tem para o arquipélago.

“Nesta primeira grande entrevista desde que o novo Governo Regional tomou posse, José Manuel Bolieiro voltou a mostrar aos açorianos que possui uma visão estratégica para os Açores”, afirmaram os social-democratas, após a entrevista do Presidente do Governo Regional à RTP-Antena 1/Açores.

Segundo os parlamentares, José Manuel Bolieiro “deixou bem claro que os açorianos podem contar com total estabilidade na ação governativa, graças ao entendimento sólido à direita para a atual legislatura, através do acordo de governo entre PSD, CDS-PP e PPM, e dos acordos de incidência parlamentar com Chega e IL”.

Os deputados do PSD/Açores subscreveram igualmente a posição do Presidente do Governo de que “o desenvolvimento das nove ilhas passará pela valorização de cada uma delas numa lógica integrada e de contexto regional”.

Na referida entrevista, as grandes questões por que a Região atravessa foram também abordadas, nomeadamente a situação pandémica e a “forma determinada como as autoridades de saúde regionais têm atuado”.

“Um dos sinais de mudança neste tempo novo que os Açores atravessam ficou bem evidente nas medidas e soluções inovadoras que se têm tomado ao nível do combate à covid-19, sempre com base em critérios científicos e não políticos”, afirmaram os social-democratas.

Um dos outros “pontos relevantes” abordados durante a entrevista, no entender dos deputados do PSD/Açores, foi o anúncio da apresentação, no próximo dia 11 de fevereiro, do plano de reestruturação da SATA, o que “é bem revelador da determinação e vontade de alcançar soluções com que o novo Governo se apresenta aos açorianos”.



PSD QUER OPERAÇÃO PORTUÁRIA MAIS BARATA NO PORTO DA PRAIA DA VITÓRIA



Os deputados do PSD/Açores eleitos pela Terceira propõem uma operação portuária mais barata no Porto da Praia da Vitória, instando o Governo Regional a rever, nesse sentido, a portaria que regulamenta as tarifas da empresa Portos dos Açores.

Vânia Ferreira, Rui Espínola, Paulo Gomes e Luís Soares enviaram um requerimento à Assembleia Legislativa, onde focam a necessidade “de tornar o Regulamento de Tarifas mais equitativo entre os portos dos Açores, numa lógica de coesão regional”, explicam.

Os social-democratas lembram que o porto da Praia da Vitória possui a operação portuária mais cara dos Açores, “designadamente na TUP Navio e na tarifa de movimentação de cargas, que afetam especialmente a descarga de cereais e rações”.

Rui Espínola avança que, “tal como os candidatos do PSD frisaram na pré-campanha para as eleições legislativas, será este o Governo Regional que vai equiparar aquelas tarifas, comparativamente com os outros portos da região”.

“Questionamos assim o governo sobre qual vai ser a estratégia para o porto da Praia da Vitória, no contexto das ligações marítimas, quer interilhas, quer com Portugal Continental, que achamos deve regular e estimular, da melhor forma, o transporte marítimo de pessoas e mercadorias entre as nove ilhas dos Açores e destas com o exterior”, afirma o vice-presidente da bancada social democrata.

“Temos de adequar as taxas a praticar às realidades económicas e sociais existentes no arquipélago, procurando promover a atratividade e competitividade entre os seus portos”, diz também Rui Espínola, sublinhando que “o abastecimento regular das populações açorianas constitui um vetor estratégico incontornável das responsabilidades da Região, existindo obrigações de serviço público a esse nível, que têm de ser sempre tidas em conta”, acrescenta.

Os deputados do PSD/Açores entendem que “uma boa condução da política de transportes na Região é essencial”, acreditando que uma redução dos custos portuários associados à carga e descarga de mercadorias no Porto da Praia da Vitória “terá um enorme impacto positivo para as empresas e para a atividade económica da Ilha Terceira”.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

ANSIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ansião, para reunir no dia 20 de fevereiro (sábado) de 2021, pelas 20H30, na Sede do Centro de Amizade e Animação Social de Santiago da Guarda, em Santiago da Guarda (Ansião) com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2021;
4. Relatório de contas de 2020;
5. Dar parecer sobre o processo autárquico, nos termos do artº 53º, nº 2 alínea f).

Nota: Apesar de todas as restrições provocadas pela Pandemia, o PSD/Ansião apela à participação de todos, através da sua presença física ou on-line.

Os militantes do PSD/Ansião com registo de endereço eletrónico atualizado nos serviços da Secção, receberão no seu email, até ao final do dia anterior, o endereço da ligação eletrónica para poderem participar na Assembleia de Secção. Os militantes do PSD/Ansião sem registo de endereço eletrónico, ou com registo não atualizado, deverão requerer a sua atualização para psd.ansiao@gmail.com ,até ao dia 15 de fevereiro.

A Assembleia será realizada de acordo com as normas sanitárias emitidas pela DGS, sendo obrigatório o uso de máscara.

CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cantanhede, para reunir no próximo dia 1 de março (segunda-feira) de 2021 pelas 21H00 na Biblioteca Municipal e por via telemática, devido à atual situação epidemiológica de elevado risco, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. política local e atividade municipal;
3. Eleições Autárquicas 2021 – estratégia e processo eleitoral;
4. Emissão de parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autarquias Locais, sob proposta da Comissão Política, nos termos da alínea f) do art.º 53.º dos Estatutos do PSD;
5. Análise da situação política nacional e distrital;
6. Outros assuntos.

Nota: Se à hora prevista não se verificar quórum, a Assembleia funcionará meia hora mais tarde, com qualquer número de militantes.

Tendo em conta a situação pandémica que vivemos, com inúmeras restrições, nomeadamente o distanciamento físico entre pessoas, os militantes podem participar através das seguintes opções:

- Preferencialmente por via telemática (plataforma Zoom), sendo o respetivo link enviado por e-mail a todos os militantes que assim o desejam, devendo para o efeito inscreverem-se obrigatoriamente através do email psdcantanhede@gmail.com ou do 963057208 (Presidente da Mesa).

- Os militantes que não dispoem de condições ou que pretendam participar presencialmente na reunião terão obrigatoriamente, de comunicar tal vontade, para o endereço de correio eletrónico psdcantanhede@gmail.com

Não será autorizada a entrada na sala, a quem não tenha procedido à comunicação.

A Assembleia neste formato decorrerá de acordo com as re-

comendações das autoridades de saúde e será obrigatório a utilização de máscara.

MONTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Montalegre para reunir, no próximo dia 21 de fevereiro (Domingo) de 2021, pelas 15H00 horas, na sede do PSD, de Montalegre, sita na Praça de França, n.º 395, Lojas 3/8, do Edifício Cabrilho, na vila de Montalegre, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação do candidato do PSD à Câmara Municipal de Montalegre, nas eleições autárquicas de 2021

2. Análise e aprovação de contas ano 2020
3. Análise da situação política
4. Outros assuntos.

Nota: Apesar de todas as restrições provocadas pela pandemia, faz-se um apelo à participação de todos os militantes na Sessão que será mista, para o que se está a criar uma plataforma online para alguns militantes poderem participar sem ter necessidade de se deslocar à sede e assim evitar-se ajuntamentos desnecessários e não permitidos por lei.

A este respeito, serão oportunamente dadas mais instruções aos militantes por e-mail.

A sessão será realizada segundo as orientações emanadas da DGS e legislação aplicável, sendo obrigatório o uso de máscara e o cumprimento do distanciamento social.

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Assembleia da Secção de Ovar para o dia 20 de fevereiro (sábado) de 2021, pelas 15H00, a qual excepcionalmente, por força do previsível estado de Emergência a decretar pelo Sr. Presidente da República Portuguesa e do confinamento decretado pelo Governo em conjunto com as medidas emanadas pela DGS, para o combate à pandemia Covid-19, irá decorrer em plataforma de videoconferência eletrónica, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação, discussão e votação das contas da Secção relativas a 2020;
2. Análise da situação política;
3. Apresentação do calendário das Eleições Autárquicas 2021, dar parecer.

Nota: Para o devido efeito, os militantes que desejam assistir poderão fazê-lo através da plataforma eletrónica utilizada, a qual será de acesso gratuito, sendo o acesso facultado aos militantes através do envio do link de acesso por SMS e / email.

Se às 15H00, não estiverem ligados à plataforma a maioria dos militantes da Secção, a Assembleia iniciar-se-á decorridos trinta minutos, com o número de militantes presentes.

PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata (PPD/PSD) convoca-se a Assembleia de Secção de Palmela para reunir, no dia 18 de fevereiro (quinta-feira) de 2021, pelas 21H00, por videoconferência (cuja ligação de acesso será remetida antecipadamente por correio eletrónico), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação, discussão e votação das contas anuais de 2020;
3. Análise da situação política.

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos do Nacionais do PSD, convoca-se a reunião Ordinária da Assembleia de Secção de Ponte da Barca a realizar no próximo dia 17 de fevereiro (quarta-feira) de 2021, pelas 21H00.

Atendendo à situação epidemiológica de elevado risco e às restrições decorrentes do Estado de Emergência Nacional, o Plenário irá ser realizado através da plataforma digital ZOOM, sendo que o respetivo Link de acesso será enviado por correio eletrónico, até duas horas antes do início da reunião, a todos os Militantes da Secção de Ponte

da Barca que efetuem a sua inscrição, previamente, através do e-mail pontedabarca.psd@gmail.com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise e apresentação das contas de 2020;
3. Autárquicas 2021-Perfil do candidato a Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca;
4. Análise da situação política.

Nota: Se à hora marcada não existir quórum, fica desde já a mesma reunião convocada para meia hora depois, ou seja, às 21H30.

TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de militantes da Secção de Tavira para reunir no dia 17 de fevereiro (quarta-feira) de 2021, pelas 19H00, num modelo misto (presencial e online), de acordo com a deliberação I/janeiro/2021 do Conselho de Jurisdição Nacional, quem assistir presencialmente, a reunião será na Sede da Secção de Tavira do PSD, sita na Rua Dr. Silvestre Falcão, Lt 4 ,1º J Tavira, para quem irá assistir online será enviado link de acesso via Zoom, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Ratificação do parecer sobre o perfil dos candidatos às eleições autárquicas 2021.
3. Parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autarquias Locais, de acordo com o artigo 53º, nº2, alínea f) dos Estatutos.

Nota: A sessão por videoconferência terá início às 19H00 horas e será suspensa após a apresentação e discussão dos pontos da Ordem de Trabalhos, desde o momento desta suspensão até às 21H00 horas decorrerá, na sede, a votação do ponto 3. da Ordem de Trabalhos.

Tendo em conta todas as restrições provocadas pela pandemia, apelamos à participação de todos através da sua presença inicial online, deslocando-se à sede, apenas, no período entre o final da apresentação e discussão dos pontos e as 21H00, só para depositar o seu voto relativo ao ponto 3. da Ordem de Trabalhos.

Às 21H00 será reaberta a sessão online para apresentação dos resultados da votação do ponto 3. da Ordem de Trabalhos e a votação da minuta da ata desta Assembleia.

Como medida preventiva de combate à pandemia da doença COVID-19, a sessão será realizada de acordo com as orientações da DGS e legislação aplicável, serão obrigatórios o uso de máscara de proteção e o cumprimento do distanciamento social.

TONDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção de Tondela para reunir, no próximo dia 19 de fevereiro (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, em formato integralmente on-line devido às restrições decorrentes da situação pandémica. Os militantes poderão aceder e participar na reunião através de Plataforma digital Zoom com os seguintes códigos: ID da reunião 834 3398 2203, e Senha de acesso 805963; ou através dos seguintes números de telefone: 211 202618, 308 810 988 e 308 804 188. A reunião terá a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão e Votação da Estratégia Política desenvolver na Secção de Tondela no ano de 2021;
2. Parecer sobre perfil dos candidatos aos órgãos autárquicos nas eleições de 2021;
3. Discussão e Votação do orçamento para 2021;
4. Análise da situação Política.

VILA FRANCA DE XIRA

De acordo com o disposto nos Estatutos do PSD, cumpre-me convocar os Militantes da Secção do PSD de Vila Franca de Xira, para uma Assembleia de Secção a realizar no dia 18 de fevereiro (quinta-feira) de 2021, pelas 21H15, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Autárquicas 2021-Apreciação e Votação do Perfil dos Candidatos aos Órgãos das Autarquias Locais do Concelho de Vila Franca de Xira, a partir da Proposta da Comissão Política de Secção;
3. Análise da Situação Política Local e Nacional.

Nota: A Assembleia será realizada por videoconferência com recurso à plataforma Zoom.

Os militantes poderão aceder a partir de um computador ou smartphone à internet com recursos de áudio e de imagem habitualmente necessários para este tipo de sessões. Sugere-se ainda a utilização de auscultadores para que o som não produza perturbações de feedback. Para garantir a adesão atempada de todos os militantes, a reunião estará ativa a partir das 21H00 do dia 18 de fevereiro, permitindo estabelecer ligação atempada e verificar as necessárias condições técnicas.

Os militantes devem realizar a prévia inscrição pelo mail psdvilafrancaxira@gmail.com e pelo telefone e whatsapp 96 349 92 01 para garantir o link de acesso e assim preservar a segurança e privacidade da reunião.

NÚCLEOS

ESMERIZ E CABEÇUDOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo da União de Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos, para reunir no próximo dia 13 de março (sábado) de 2021, pelas 15H00, na Casa de Esmeriz, sita na Rua Jorge Silva, nº 286, Esmeriz, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo da União das Freguesias de Esmeriz e Cabeçudos.

Notas: As urnas estarão abertas das 15H00 às 17H00.

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política do PSD da Secção de Famalicão até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

FUNDÃO

Ao abrigo do artigo 93.º do Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, aprovados em Conselho Nacional da JSD de 1 de fevereiro de 2020, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Fundão para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 20 de Março de 2021, com início pelas 16 horas, em reunião de formato digital, por via da Plataforma Zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise dos últimos meses de mandato dos novos órgãos eleitos;
- 2 – Análise da situação política local e nacional;
- 3 – Outros assuntos.

Mais se informa que o endereço para acesso à sessão plenária será atempadamente disponibilizado por e-mail a todos os militantes.

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se todos os militantes da Concelhia da JSD Sintra, para Plenário Concelhio a realizar no dia 21 de Fevereiro de 2021 pelas 21 horas, na plataforma ZOOM. Com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Auscultação dos militantes da JSD Sintra para elaboração de documento estratégico para Autárquicas 2021;
- 3 – Outros assuntos.

Nota: As instruções de acesso à reunião serão disponibilizadas nas redes sociais da JSD Sintra.

VILA POUCA DE AGUIAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Vila Pouca de Aguiar, para reunir no próximo dia 13 de Março de 2021 (Sábado), pelas 14h30m, na Sede do PSD de Vila Pouca de Aguiar, sita na Rua Dr. Mota Pinto, Apartado 2, 5450-025 Vila Pouca de Aguiar, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Vila Pouca de Aguiar.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Vila Pouca de Aguiar, ou a quem estatutariamente a substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na morada supra citada.

As urnas estarão abertas das 15h00 às 17horas.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



III CONSELHO DISTRITAL DA JSD GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco o III Conselho Distrital do mandato 2020/2022 para reunir no próximo dia 27 de fevereiro de 2021, pelas 15h30m, através de plataforma online de reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política e balanço do mandato distrital;
- 2 – Eleições autárquicas 2021;
- 3 – Outros assuntos.

ALBERGARIA-A-VELHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Albergaria-a-Velha para reunir no próximo dia 13 de março de 2021, sábado, pelas 15h, na sede do PSD de Albergaria-a-Velha, sita no Lote 8, Arruamento D, Zona Industrial, 3850-154 Albergaria-a-Velha, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário da Concelhia da JSD de Albergaria-a-Velha.

Notas: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h e as 17h. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Aveiro, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.